

# Governo deve convocar o Congresso já

BRÁSILIA — O Congresso deverá ser convocado extraordinariamente ainda na primeira semana de janeiro para votar a nova Medida Provisória que substituirá a 273, regulamentando a política salarial. O Presidente Fernando Collor vai vetar totalmente o Projeto de Conversão, aprovado pelo Congresso, inclusive o abono salarial proposto para janeiro, editando novas regras que serão encaminhadas até sexta-feira. O Congresso também vai examinar as Medidas Provisórias do Governo que não foram votadas.

Segundo o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, o abono será vetado porque alcançaria também os servidores públicos civis e militares, que terão reajuste salarial em janeiro, e os aposentados, que receberam o abono em dezembro. A reedição da Medida vai incluir um abono que atenda somente aos trabalhadores que não tenham data base em janeiro. A proporção do abono a ser concedido será igual à do Projeto de Conversão que Collor vai vetar, entre 5% e 12% do salário.

— O que o Congresso aprovou destrói o Plano Collor. Não há a menor possibilidade de o Governo aceitar — disse Passarinho.

Mas o Ministro afirmou, no entanto, que a Medida será uma reedição da anterior, pois a convocação extraordinária, no seu entender, se dará em uma nova sessão Legislativa, o que autorizaria a reedição. Segundo o Ministro, serão feitas algumas mudanças, mas a essência da matéria será mantida.

— O que acontece é que alguns políticos, sem entender direito a Constituição e o regimento do Congresso, estão colocando chifres em cabeças de cavalos, imaginando que o Governo não pode reeditar a Medida.

Passarinho explicou que a pressa na convocação se deve à retomada das atividades dos Tribunais Regionais do Trabalho na próxima segunda-feira, 7 de janeiro. Com a retomada dos julgamentos de dissídios, salientou Passarinho, o País não poderá ficar sem uma legislação sobre os salários.

Disse ainda que, entre as Medidas que deverão ser votadas, estão a que regulamenta o Imposto Territorial Urbano (ITR), a que dissolve ou privatiza o Lloyd Brasileiro, e a que estabelece a livre negociação da mensalidade escolar. A Medida Provisória sobre a política salarial é considerada a matéria mais polêmica. Passarinho disse que Collor poderá aproveitar a convocação do Congresso para enviar novas Medidas, mas não disse sobre que temas.

O Congresso, por sua vez, deverá aproveitar a convocação extraordinária para também examinar outras matérias pendentes, como o projeto do Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), regulamentando a questão da fixação de juros em 12 por cento, e alguns vetos, como ao regime único para o funcionalismo público federal. Alguns líderes partidários desejam aproveitar a convocação para colocar em discussão o próprio projeto de autoria de vários parlamentares, disciplinando a utilização das Medidas Provisórias, estabelecendo normas em que elas poderão ser consideradas de urgência e relevância.

A intenção original do Governo era convocar o Congresso apenas depois da segunda semana de janeiro, mas a pressa em definir uma política salarial, segundo Passarinho, vai impor a convocação antecipada do Congresso em regime extraordinário.



**“O que o Congresso aprovou destrói o Plano Collor. Não há a menor possibilidade de o Governo aceitar aquelas normas”**

Jarbas Passarinho, Ministro da Justiça